



Anais da Assembléia

Nº 15

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 03 DE ABRIL DE 1989

ANO XV

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 13.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 1.989
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, secretariada pelos Srs. Deputados Eduardo Baggio e Werner Wanderer. A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Acyr Mezzadri, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gerente Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, José Felinto, Lauro Lobo Alcantara, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielise Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos e Valderi Mendes Vilela (40).

Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Rogério Carvalho, Leônidas Chaves, Luiz Antonio Setti, Rafael Greca e Vera Agibert (13). Achando-se em licença o Senhor Deputado Algaci Túlio.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicações:

Nº 017/89

Curitiba, 03 de abril de 1989.
Senhor Presidente.

A Liderança do Partido Democrático Trabalhista (PDT), representada pelo Deputado Valderi Mendes Vilela, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, indicar os Deputados do partido para integrarem as Comissões Técnicas desta Casa de Leis, conforme composição realizada com o Bloco Democrático Liberal Trabalhista Cristão.

Comissão de Constituição e Justiça:

Titular: Deputado Valderi Mendes Vilela
Suplente: Deputado Algaci Túlio

Comissão de Obras Públicas,
Transportes e Comunicação:

Titular: Deputado Namir Piacentini
Suplente: Deputado Algaci Túlio

Comissão de Terras,
Imigração e Colonização:

Titular: Deputado Namir Piacentini
Suplente: Deputado Valderi Mendes Vilela

Comissão de Segurança Pública

Titular: Deputado Algaci Túlio
Suplente: Deputado Namir Piacentini

Comissão de Tomada de Contas:

Titular: Deputado Valderi Mendes Vilela
Suplente: Deputado Rafael Greca

Comissão de Ecologia e Meio Ambiente

Titular: Deputado Rafael Greca
Suplente: Deputado Algaci Túlio

Comissão de Cultura e Esporte

Titular: Deputado Rafael Greca
Suplente: Deputado Namir Piacentini

Comissão de Direitos Humanos

Titular: Deputado Algaci Túlio
Suplente: Deputado Rafael Greca

Comissão de Direitos da Mulher

Titular: Deputado Rafael Greca
Suplente: Deputado Valderi Mendes Vilela

Na oportunidade aproveitamos para apresentar nossos protestos de alta estima e apreço.

Atenciosamente

Sala das Sessões, em 03.04.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Bloco Democrático Liberal Trabalhista Cristão, formado pelos partidos PL - PDC - PTB e PDS, de acordo com o § 1º, Artigo 58 da Constituição Federal, após ouvido o Egrégio Plenário, vem dar ciência a Vossa Excelência das indicações para as Comissões Técnicas, conforme segue:

Para Titulares:

Finanças Dep. Ezequias Losso
Agricultura Dep. Luiz Antonio Setti
Educação Dep. Ezequias Losso
Saúde Pública Dep. Luiz A. Setti
Redação Dep. Edmar Luiz Costa
Turismo Dep. Edmar Luiz Costa
Recursos Humanos ... Dep. Luiz A. Oliveira
Defesa ao Cons. Dep. Luiz A. Oliveira
Reivind. Populares ... Dep. Ezequias Losso
Ind. e Comércio Dep. Edmar Luiz Costa
Com. Const. Just. Dep. Edmar Luiz Costa

Para Suplentes

Segurança Pública ... Dep. Luiz A. Setti
Orçamento Dep. Luiz A. Setti
Tomada de Contas Dep. Ezequias Losso
Ecologia e M. Ambiente. Dep. Ezequias Losso
Cult. e Esporte Dep. Edmar L. Costa
Obras Públicas. Transp. e
Comunicação..... Dep. Luiz A. Oliveira
Terras, Emigração e
Colonização..... Dep. Edmar Luiz Costa
Direitos Humanos Dep. Luiz A. Oliveira
Direitos da Mulher .. Dep. Ezequias Losso
Comis. Const. e Just... Dep. Ezequias Losso

Sala das Sessões, em 03.04.89.

(a) EZEQUIAS LOSSO

(a) EDMAR LUIZ COSTA

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 377

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 40/89.

Sala das Sessões, em 03.04.89.

(a) RAUL LOPES

REQUERIMENTO N° 403

Senhor Presidente.

A liderança do PSDB, REQUER, ouvido o Plenário, a convocação do Senhor Deputado Mario Pereira, Digníssimo Secretário da Administração, para na Comissão de Recur-

sos Humanos, em sessão a ser designada, vir dar explicações sobre o Projeto de Lei n. 59/89, oriundo da Mensagem n. 35/89, que dispõe sobre a contratação de servidores para atender temporariamente necessidade de serviço.

Requer-se, outrossim, que a matéria seja retirada da Ordem do Dia, até que o Secretário da Administração seja ouvido por esta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 03.04.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Apoiamentos: Valderi Mendes Vilela, Líder do PDT; Luiz Alberto Oliveira, Líder do PDS; Pedro Tonelli, Líder do PT; Antônio Costenaro Neto, Líder do PFL; Paulo Furiatti, Ezequias Losso, Líder do PL; Edmar Luiz Costa, Líder do PDC; Nelson Vasconcellos, Paulino José Delazeri.

REQUERIMENTO N° 376

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 100, do Regimento Interno após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, preferência de votação, para o Projeto de Lei n. 59/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 03.04.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N° 406

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário votação nominal para o Projeto de Lei n. 59/89.

Sala das Sessões, em 03.04.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO N° 381

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja fixada a data de Sessão Especial, para a outorga de "Título de Cidadania Honorária", ao Senhor Nelson Cornel, em 04 de maio de 1989, às 15:00 horas.

Sala das Sessões, em 03.04.89.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO N° 383

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa de Leis, votos de pesar pelo prematuro falecimento do Senhor Lourival Malho, ocorrido na cidade de Campo Mourão, no último dia 30, em trágico acidente automobilístico.

Outrossim, Requer, ainda, que do pre-

sente seja dada ciência a Senhora Ivone Malho (esposa) no seguinte endereço: Edifício Eldorado, apto. 701, Caixa Postal 269, bem como para a Diretoria do Grêmio Esportivo e Recreativo Paraná Diesel, no qual o Senhor Malho, fazia parte, no seguinte endereço: BR 158, km 09, Caixa Postal 269.

Sala das Sessões, em 03.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Lourival Malho, 42 anos, maçon, desportista, empresário destacado na cidade de Campo Mourão e Ubatuba, no ramo de comércio de veículos, era sócio-gerente da empresa Paraná Diesel.

No último dia 30 foi vítima de trágico acidente automobilístico, vindo a falecer, juntamente com um amigo que o acompanhava. Deixa esposa e filhos. Nossa região perde pessoa de grande espírito humano e capacidade empresarial.

REQUERIMENTO Nº 405

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de pesar pela perda irreparável do Senhor Zezuíno Pereira dos Santos, pai do cidadão colombense, Senhor Sebastião Pereira dos Santos, ocorrida no dia 28 de março de último.

Requer, ainda, que do mesmo seja dada ciência ao ilustre Senhor e família.

Sala das Sessões, em 03.04.89.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Zezuíno Pereira dos Santos, de 72 anos de idade, faleceu no dia 28 de março último, deixando três filhos, entre os quais o Senhor Sebastião Pereira dos Santos, cidadão residente em Colombo/PR, sito à Rua Antonio Salazinha, n. 100 - no bairro de Vale Verde, naquele município.

Neste momento, Senhor Presidente, Senhores Deputados, queremos nos solidarizar com o Senhor Sebastião e seus familiares num momento tão triste como esse que todos nós sabemos, a dor que nos abate quando da perda de um ente querido, quanto mais o seu próprio genitor, eis a razão do nosso voto de pesar.

REQUERIMENTO Nº 369

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias, bem como aos Senhores Secretário dos Transportes, Heinz Georg Herwig e Diretor Geral do D.E.R., Antônio José Correia Ri-

bas, pela importante conquista da retomada imediata da duplicação da Rodovia Régis Bittencourt (BR-116), especialmente entre o trecho Curitiba-São Paulo.

Aproveita também da oportunidade para encarecer junto às autoridades federais seja reativada, com urgência, a duplicação da BR-376, trecho Curitiba-Garuva, divisa com Santa Catarina, estrada conhecida como Rodovia da Morte.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Governador Álvaro Dias, ao Secretário Heinz Georg Herwig e Diretor Geral do D.E.R. Antônio José Correia Ribas.

Sala das Sessões, em 03.04.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A quantidade de veículos supera a ordem de 17 mil diariamente pela Rodovia Régis Bittencourt (BR-116), especialmente no trecho Curitiba-São Paulo.

A estatística fornecida pelo próprio D.N.E.R., atesta que nos últimos anos foram registrados mais de oito mil acidentes, número que está em constante elevação.

Estes dados são uma pequena mostra, que por si só justifica a duplicação dessa estrada que é a principal ligação rodoviária do sul com o resto do país. Hoje, estamos recebendo com bastante otimismo a decisão governamental sobre a duplicação que esperamos seja executada com bastante rapidez.

Por outro lado, achamos oportuno encarecer do Senhor Governador, seja agilizado junto ao Governo Federal, o prosseguimento da duplicação, em ritmo de urgência, da BR-376, entre Curitiba e Garuva, divisa com Santa Catarina, eliminando para o sistema viário do país um de seus piores gargalos, representado pela tristemente célebre Rodovia da Morte.

A manifestação desta Casa se impõe, principalmente pelo que representam para a economia do país as Rodovias BR-116 e 376.

REQUERIMENTO Nº 401

Senhor Presidente.

O Deputado David Cheriegate, ao final assinado, no desempenho de seu mandato parlamentar, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, após consultado o Plenário, Voto de Congratulações à EMPRESA UNIÃO CASCAVEL TRANSPORTES E TURISMO LTDA-EUCATUR, na pessoa de seu Diretor-Presidente, Senhor Assis Gurgacz, extensivo aos demais componentes da equipe de funcionários e diretoria, pela passagem do seu Jubileu de Prata, ocorrido no dia 31 de março de 1989, em Cascavel.

Sala das Sessões, em 03.04.89.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

A Empresa União Cascavel Transportes e Turismo Ltda - EUCA TUR, constitui-se atualmente como uma das maiores empresas do País na área de transportes rodoviários de passageiros.

Esta foi uma empresa que vimos crescer dia-a-dia através do trabalho da família Gurgacz, principalmente na figura de seu Diretor-Presidente, Senhor Assis Gurgacz que não mediu esforços para que a empresa chegasse onde está atualmente.

A Empresa União Cascavel Transportes e Turismo Ltda - EUCA TUR hoje projeta o nome de nossa cidade nacionalmente, e é um motivo de orgulho para toda a nossa população ela ter iniciado seus serviços em Cascavel, e mesmo hoje operando em vários estados da nossa Nação continua mantendo a sua sede na cidade de Cascavel.

Essa é uma demonstração inequívoca que os seus diretores querem preservar e honrar o nome da cidade onde a empresa cresceu, nasceu e se desenvolveu e coloca-se hoje como uma das maiores empresas de transporte coletivo de todo o território brasileiro.

REQUERIMENTO N° 378

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de louvor ao Doutor Pedro Dalla Riva, Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa em Enfermidades Renais e Metabólicas, sita à Av. Batel 1824- Curitiba-Pr, pelo lançamento da campanha "S.O.S. Pré-Renal", no dia 06 de abril de 1989, às 19 horas.

Sala das Sessões, em 03.04.89.

(a) ARTAGÃO MATIOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma entidade pública sem fins lucrativos, que luta no tratamento de problemas renais, promovendo pesquisas científicas e proporcionando a hemodiálise aos pacientes além de amplo programa de doações.

Com o lançamento da campanha "S.O.S. Pré-Renal", a Fundação procura subsídios financeiros para continuar com as finalidades da entidade, uma vez que a insuficiência renal crônica, não sendo tratada condizentemente, é fatal.

REQUERIMENTO N° 399

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado um voto de louvor aos bibliotecários, que no último dia 12 de março, comemoraram o seu dia.

Requer, ainda, que da decisão sejam informados: A Diretoria da Associação de Bibliotecários do Paraná e as direções das

Bibliotecas Públicas do Estado.

Sala das Sessões, em 03.04.89.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

Existe um dado, que infelizmente, caracteriza o subdesenvolvimento do Brasil, este se refere ao insignificante papel representado pelo livro, como instrumento de saber e de cultura, ou como objeto de consumo.

Existem no Brasil relativamente poucos pontos de venda de livros e um número insignificante de bibliotecas.

A profissão de bibliotecário é pois, em nosso País, uma profissão de fé.

Uma classe pequena, pouco incentivada e pouco prestigiada que merece todo o nosso respeito, todo o nosso incentivo e todo o nosso apoio.

Nosso objetivo ao louvar tal profissão, é tentar sensibilizar autoridades no sentido de apoiar a classe, e estimular a criação e ampliação de bibliotecas em todo o País.

REQUERIMENTO N° 400

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de louvor pelo 21º Encontro Nacional da Igreja Evangélica Presbiteriana Renovada realizado na cidade de Cianorte, nos dias 23 a 26 de março próximo passado, sob a coordenação do Pastor Palmiro Francisco de Andrade.

Sala das Sessões, em 03.04.89.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO N° 380

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, e conforme faculta o artigo 35 do Regimento Interno, a Constituição da Assembléia em Comissão Geral, no dia 04 de abril de 1989 às 14:30, para apreciar o Projeto de Lei n° 42/89, oriundo de Mensagem Governamental n° 12/89.

Sala das Sessões, em 03.04.89.

(a) NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO N° 407

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e na forma constitucional, REQUEREM, ouvido o Plenário, seja concedida aos subscritos licença especial de até 30 dias contados a partir de 04 de maio, para representarem oficialmente esta Assembléia Legislativa, e sem ônus para a mesma, do "encontro para a continuidade de cooperação técnica entre BADEN- WURTTEMBERG e o Estado do Paraná",

conforme convite do Presidente da Assembleia Legislativa, daquele Estado da República Federal da Alemanha.

Sala das Sessões, em 03.04.89.

(aa) ANTÔNIO ANNIBELLI

WERNER WANDERER

EZEQUIAS LOSSO

ARTAGÃO MATTOS LEÃO

TADEU LÚCIO MACHADO

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

EDUARDO BAGGIO

REQUERIMENTO N° 384

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares, solicitação visando incluir no Programa de Módulos Sanitários daquela Secretaria, o Município de Araruna.

Sala das Sessões, em 03.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O referido programa reveste-se de grande importância aos municípios paraenses, face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, proporcionando melhores condições sanitárias às famílias de baixa renda, principalmente.

Por esse motivo e por considerar de grande importância o solicitado para a comunidade local, é que trago tal proposição à apreciação do Plenário desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 385

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares, solicitação visando incluir no Programa de Módulos Sanitários daquela Secretaria, o Município de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 03.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O referido programa reveste-se de grande importância aos municípios paraenses, face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, proporcionando melhores condições sanitárias às famílias de baixa renda, principalmente.

palmente.

Por esse motivo e por considerar de grande importância o solicitado para a comunidade local, é que trago tal proposição à apreciação do Plenário desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 386

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares, solicitação visando incluir no Programa de Módulos Sanitários daquela Secretaria, o Município de Campina da Lagoa.

Sala das Sessões, em 03.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O referido programa reveste-se de grande importância aos municípios paraenses, face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, proporcionando melhores condições sanitárias, às famílias de baixa renda, principalmente.

Por esse motivo e por considerar de grande importância o solicitado para a comunidade local, é que trago tal proposição à apreciação do Plenário desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 387

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após manifestação do Plenário em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares, solicitação visando incluir no Programa de Módulos Sanitários daquela Secretaria, o Município de Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 03.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O referido programa reveste-se de grande importância aos municípios paraenses, face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população que é o saneamento.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, proporcionando melhores condições sanitárias, às famílias de baixa renda, principalmente.

Por esse motivo e por considerar de grande importância o solicitado para a comunidade local, é que trago tal proposição à apreciação do Plenário desta Casa de

Leis.

REQUERIMENTO N° 388

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após manifestação do plenário em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares, solicitação visando incluir no Programa de Módulos Sanitários daquela Secretaria, o Município de Corumbataí do Sul.

Sala das Sessões, em 03.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O referido programa reveste-se de grande importância aos municípios paranaenses, face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população que é o saneamento.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, proporcionando melhores condições sanitárias, às famílias de baixa renda, principalmente.

Por esse motivo e por considerar de grande importância o solicitado para a comunidade local, é que trago tal proposição à apreciação do Plenário desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 389

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares, solicitação visando incluir no Programa de Módulos Sanitários daquela Secretaria, o Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 03.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O referido programa reveste-se de grande importância aos municípios paranaenses, face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, proporcionando melhores condições sanitárias, às famílias de baixa renda, principalmente.

Por esse motivo e por considerar de grande importância o solicitado para a comunidade local, é que trago tal proposição à apreciação do Plenário desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 390

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício à Professora Gilda Poli Rocha Loures, Digníssima Secretária de Estado da Educação, solicitando estudo no sentido de se incluir como prioridade, a implantação do ensino de 2° grau, da rede estadual, no Colégio Vinícios de Moraes, localizado no Conjunto Milton Luiz Pereira, no Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 03.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Vinícios de Moraes, localizado no Conjunto Milton Luiz Pereira de Campo Mourão, desenvolve suas atividades atualmente somente a nível de 1° grau, o que está ocasionando enormes transtornos à grande população daquele conjunto habitacional e também de outros bairros próximos, uma vez que existe um elevado número de estudantes que, por cursarem o 2° grau, são obrigados a se deslocarem a grandes distâncias, utilizando-se ônibus, gerando custos, portanto, além de muitas vezes terem suas próprias atividades escolares prejudicadas, em razão de perderem aulas constantemente, pelo fato de residirem longe das escolas.

Por outro lado, em decorrência do referido Conjunto estar localizado distante dos locais onde existem colégios de 2° grau, muito jovem após concluírem o 1° grau, interrompem seus estudos, haja vista a dificuldade de locomoção dos mesmos até os estabelecimentos de ensino que dispõem de recursos para prosseguimento das atividades escolares.

REQUERIMENTO N° 391

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício à Professora Gilda Poli Rocha Loures, Digníssima Secretária de Estado da Educação, solicitando estudo no sentido de se incluir como prioridade, a implantação do ensino de 2° grau, da rede estadual, no Colégio Maria do Carmo Pereira, localizado no Jardim Paulista de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 03.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Maria do Carmo Pereira, localizado no Jardim Paulista de Campo Mourão, desenvolve suas atividades atualmente somente a nível de 1° grau, o que está ocasionando enormes transtornos para a grande população daquele bairro e de outros vizinhos, uma vez que existe um elevado número de estudantes que, por cursarem o 2° grau, são obrigados a se deslocarem a grandes distâncias, tendo que utili-

zar ônibus, gerando custos, portanto, além de muitas vezes terem suas próprias atividades escolares prejudicadas, em razão de perderem aulas constantemente, pelo fato de residirem longe das escolas.

Por outro lado, em decorrência do referido bairro estar localizado distante do centro da cidade, onde existem colégios de 2º grau, muito jovens após concluírem o 1º grau, interrompem seus estudos, haja vista a dificuldade de locomoção dos mesmos até os estabelecimentos de ensino que dispõem de 2º grau.

REQUERIMENTO Nº 392

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício à Professora Gilda Poli Rocha Loures, Digníssima Secretária de Estado da Educação, solicitando estudo no sentido de se incluir como prioridade, a construção de uma escola estadual no Conjunto Governador Parigot de Souza, localizado no Jardim Paulista de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 03.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Conjunto Governador Parigot de Souza é composto de 426 unidades residencial, construídas recentemente num bairro de grande densidade populacional, o que conseqüentemente resulta em um elevado número de jovens que necessitam frequentar os bancos escolares.

Além disso, na área que se localiza o referido bairro, e também em suas proximidades, inexistente escola estadual, fazendo com que, muitas vezes, alunos tenham que se deslocar a grandes distâncias para prosseguirem em seus estudos.

REQUERIMENTO Nº 393

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício à FUNDEPAR - Fundação Educacional do Estado do Paraná, no sentido de que esta instituição proceda à doação de um veículo destinado a prestar assistência ao Departamento de Educação e Cultura do Município de Mariluz - PR.

Sala das Sessões, em 03.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Departamento de educação e Cultura do Município de Mariluz, não conta atualmente com um veículo que preste atendimento assíduo às escolas da zona rural do município, o que faz ocasionar diversas dificuldades, para o acesso de professores e e da equipe de Administração do Departamento. É necessário que exista um acompa-

nhamento permanente às escolas rurais, o que não acontece atualmente por falta de recursos da prefeitura Municipal, que não se vê em condição de ceder um veículo, para que tal trabalho seja feito.

REQUERIMENTO Nº 394

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares, solicitação visando incluir no Programa de Módulos Sanitários daquela Secretaria, o Município de Boa Esperança.

Sala das Sessões, em 03.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O referido programa reveste-se de grande importância aos municípios paranaenses, face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, proporcionando melhores condições sanitárias, às famílias de baixa renda, principalmente.

Por esse motivo e por considerar de grande importância o solicitado para a comunidade local, é que trago tal proposição à apreciação do Plenário desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO Nº 370

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao superintendente do IPE, solicitando as seguintes informações:

- Qual é o nº de pensionistas e aposentados que o Estado possui atualmente?

- Qual é (em cruzados novos) o montante que o Instituto de Previdência do Estado pagou aos pensionistas e aposentados discriminadamente nos primeiros meses de 1989?

- Qual é o montante que o Estado descontou ao IPE da folha de pagamento e repassou, discriminadamente nos primeiros meses de 1989?

- Estes repasses do Estado do IPE estão atualizados?

- Se há atraso, há quantos meses este repasse não é feito?

Sala das Sessões, em 03.04.89.

(a) PEDRO TONELLI.

JUSTIFICATIVA:

Este pedido tem dois objetivos: o primeiro deles é o de esclarecer informações que temos recebido dando conta de que o Estado não estaria repassando os recursos

devidos ao IPE.

O segundo objetivo é o de termos dados atualizados sobre o montante que o IPE paga aos aposentados e pensionistas atualmente, além do montante que o Estado desconta e repassa ao IPE, haja vista o envio feito pelo Executivo Paranaense de Anteprojeto de Lei que institui obrigatoriamente a contribuição dos Cargos em Comissão do Estado ao Instituto de Previdência do Estado.

REQUERIMENTO N° 371

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Doutor Antônio Lopes de Noronha, solicitação de 01 (uma) Viatura Policial para a Delegacia do Município de Cruzeiro do Oeste.

Sala das Sessões, em 03.04.89.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente pedido, em face do crescimento de ocorrência policial que se tem verificado diariamente, provocando intranquilidade à população.

Considerando a vasta extensão territorial a ser atendida - incluindo além da Sede do Município, Distrito e outras localidades -, necessita-se da viatura solicitada, de forma que o Município de Cruzeiro do Oeste possa dar atendimento adequado ao setor policial, tranquilizando, por conseguinte, a comunidade.

Por esses motivos e por considerar de grande importância o solicitado, para a comunidade local, é que trago tal proposição à apreciação dos Nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 372

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Doutor Antônio Lopes de Noronha, solicitação de 01 (uma) Viatura Policial para o Município de Pérola.

Sala das Sessões, em 03.04.89

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente pedido, em face do crescimento de ocorrência policial que se tem verificado diariamente, provocando intranquilidade à população.

Considerando a vasta extensão territorial a ser atendida - incluindo além da sede do Município, Distrito e outras localidades -, necessita-se da viatura solicitada, de forma que o Município de Pérola possa dar atendimento adequado ao Setor Policial, tranquilizando, por conseguinte a comunidade.

Por esses motivos e por considerar de grande importância o solicitado para a comunidade local, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 373

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Doutor Antônio Lopes de Noronha, solicitação de 01 (um) Jeep Toyota novo para a Sub-Divisão Policial do Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 03.04.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente pedido, em face do crescimento de ocorrência policial que se tem verificado diariamente, provocando intranquilidade à população.

Considerando a vasta extensão territorial a ser atendida - incluindo além da Sede do Município, Distrito e outras localidades -, necessita-se do Jeep Toyota solicitado, de forma que o Município de Umuarama possa dar atendimento adequado ao Setor Policial, tranquilizando, por conseguinte a comunidade.

Por esses motivos e por considerar de grande importância o solicitado para a comunidade local, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 374

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Doutor Antônio Lopes de Noronha, solicitação de Viaturas para a Polícia Militar do Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 03.04.89.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA.

Justifica-se o presente pedido, em face do crescimento de ocorrência policial

que se tem verificado diariamente, provocando intranquilidade à população.

Considerando a vasta extensão territorial a ser atendida - incluindo além da Sede do Município, Distrito e outras localidades -, necessita-se das viaturas solicitadas, de forma que o Município de Umuarama possa dar atendimento adequado ao Setor Policial, tranquilizando, por conseguinte a comunidade.

Por esses motivos e por considerar de grande importância o solicitado para a comunidade local, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO Nº 375

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Doutor Antonio Lopes de Noronha, solicitação de 01 (uma) Viatura Policial para a Delegacia de Polícia do Município de Borrazópolis.

Sala das Sessões, em 03.04.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente pedido, em face do crescimento de ocorrência policial que se tem verificado diariamente, provocando intranquilidade à população.

Considerando a vasta extensão territorial a ser atendida - incluindo além da Sede do Município, Distrito e outras localidades -, necessita-se da viatura solicitada, de forma que o Município de Borrazópolis, possa dar atendimento adequado ao Setor Policial, tranquilizando, por conseguinte a comunidade.

Por esses motivos e por considerar de grande necessidade o solicitado para a comunidade local, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO Nº 402

Senhor Presidente.

O Deputado David Cherlegate, ao final assinado, no desempenho do seu mandato parlamentar, na forma regimental, REQUER à Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, José Sarney, ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares e ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Minas e Energia, Vicente Fialho, solicitando definição de recursos à conclusão das obras da Ponte de Ilha Grande sobre o Rio Paraná em Guaíra-Pr.

Sala das Sessões, em 03.04.89.

(a) DAVID CHERLEGATE.

JUSTIFICATIVA:

Desde o dia 01 de abril de 1989, com a chegada oficial da ordem de paralisação das obras da ponte de Ilha Grande por parte da Diretoria da ELETROSUL em Florianópolis, as empreiteiras CBPO, IVA e FUNDASA iniciaram as dispensas dos operários e a desmobilização de seus canteiros de obras em Guaíra.

Segundo a ELETROSUL, empresa encarregada da obra, a empresa não tem outra alternativa a não ser a desmobilização dos canteiros de obras por parte das empreiteiras, devendo a própria ELETROSUL também dispensar vários funcionários que foram contratados para a construção da obra nos últimos anos.

Para o Prefeito Mário Barbosa Rodrigues, a situação é muito preocupante com as dispensas dos funcionários e a paralisação das obras, segundo informações em número de aproximadamente 3.500, que virá aumentar os problemas sociais que já são bastante grandes na cidade com a falta de empregos.

Esta decisão de novamente paralisar as obras de ligação entre o Paraná e Mato Grosso do Sul, onde já foram investidos 130 milhões de dólares e sendo necessário mais 30 milhões para o término da obra que está paralisada no meio do Rio Paraná, é extremamente grave.

Comenta-se na Cidade de Guaíra e Novo Mundo (MS) a possibilidade de uma manifestação por parte das duas comunidades com o fechamento da atual, a travessia feita por balsa sobre o Rio Paraná, onde trafegam atualmente 2500 veículos por dia.

Esta decisão foi aprovada na última reunião entre as duas comunidades no último dia 24 de fevereiro, quando da elaboração da Carta de Guaíra, em caso de paralisação definitiva da obra por parte da ELETROSUL, como vem ocorrendo no momento.

Não obstante o teor do instrumento que se encaminha estamos conscientes de que, somente o apoio firme e convicto de todos os Parlamentares desta Casa poderá essa obra sensibilizar os órgãos públicos federais competentes, de que essa obra é uma obra do Paraná total.

REQUERIMENTO Nº 379

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Doutor Antônio Lopes de Noronha, solicitando o patrulhamento no trecho entre o Hospital Erasto Gaertner - Jardim das Américas e Avenida das Torres, devido à onda

de assaltos e arrombamentos, quase que diariamente, colocando em risco a população ali residente.

Sala das Sessões, em 03.04.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

REQUERIMENTO N° 368

Senhor Presidente.

Na forma regimental, e após ouvido o Soberano Plenário, o Deputado que este subscreve, REQUER a transcrição em Ata dos trabalhos de hoje, da Nota Oficial de autoria da cúpula diretiva do Tribunal de Justiça do Paraná, publicada no dia 31 de março corrente no Jornal do Estado e em outros jornais de circulação estadual, conforme segue:

NOTA OFICIAL

A cúpula diretiva do Tribunal de Justiça do Paraná expediu ontem a seguinte nota oficial:

O Tribunal de Justiça do Paraná, por seus dirigentes, faz público o seguinte esclarecimento:

Recentes declarações do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Professor Álvaro Fernandes Dias, reiteraram, agravadamente, ofensas ao Poder Judiciário do Estado.

Este Tribunal, com a tolerância por mais de um século de existência, marcada por larga tradição de dignidade, independência e eficiência, conteve até onde foi possível o reparo que as afirmações iniciais já faziam cabível.

Sua Excelência, não obstante homem de larga experiência no trato dos assuntos do interesse público, proferiu ofensas tão graves quanto genéricas, acabando por atingir toda a magistratura do estado, divulgadas amplamente suas palavras pelos meios de divulgação disponíveis.

Juízes erram, e até praticam atos ilícitos, humanos que são. Por isso o sistema jurídico prevê recursos e ações, judiciais e administrativas, para o reexame, a correção ou o que se fizer necessário, no âmbito da relação.

Este Tribunal jamais se omitiu, no desempenho das suas funções, e no limite da sua competência, de conhecer de fatos e apurá-los, aplicando a lei. Atualmente, alguns juízes respondem a processos administrativos para averiguação de imputação de desvio do rumo funcional.

Há neste Tribunal um livro especialmente destinado a registrar reclamações de qualquer jurisdicionado contra a atuação de magistrados.

A generalidade dos agravos e a ampla divulgação acabam por fazê-los ofensivos de todos os magistrados e comprometedores do Poder Judiciário - que existe exatamente

te para, assentado no respeito e na imparcialidade dos seus membros, promover a pacificação social, entregues à sua decisão os conflitos de interesses.

As ofensas indiscriminadas aos membros do Poder Judiciário abalam um dos pilares da estrutura do Estado e alquebra a confiança dos cidadãos nas instituições.

Cabe observar ao modo de Kafka, que quando é justa e adequada, a palavra conduz; quando não é, desvia do caminho.

Com a serenidade que o cumprimento do dever confere, este Tribunal mantém abertas as portas para receber manifestação de qualquer pessoa, contra ou a favor de quem quer que seja, nos termos e na forma da lei, assim como faz todo o empenho, que o interesse superior da sociedade exige, para preservar a harmonia entre todos os poderes".

Curitiba, 30.03.89.

(aa) ABRAHÃO MIGUEL

Presidente do Tribunal de Justiça

JOSÉ LEMOS FILHO

Vice-Presidente do Tribunal de Justiça

PLÍNIO CACHUBA

Corregedor

Sala das Sessões, em 03.04.89.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO N° 382

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário desta Casa, REQUER, à Mesa, a transcrição nos Anais da Casa, do Editorial em anexo, de autoria do Jornalista ROBERTO MARINHO, publicado originalmente no jornal "O Globo", de 02 do corrente, e republicado na edição de hoje do jornal "Gazeta do Povo".

A peça de opinião assinada pelo eminente jornalista brasileiro é da mais presente atualidade, quando convoca a Nação para o exame austero de suas responsabilidades políticas, a fim de resguardar a consolidação da nascente democracia em nosso País.

Artigo para meditação de quantos têm parte com o futuro deste País, o editorial em tela merece ser discutido em todos os foros da nacionalidade, motivos por que o trazemos a debate nesta Casa.

Sala das Sessões, em 03.04.89.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 395

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Assembléia, da nota oficial expedida pela cúpula diretiva do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, publicada em 31 de março do cor

rente nos jornais do O Estado do Paraná, Gazeta do Povo, Correio de Notícias, Indústria e Comércio, Folha de Londrina, entre outros respeitados veículos de comunicação.

Outrossim, informa que a referida Nota Oficial segue em anexo.

Sala das Sessões, em 03.04.89.

(a) ANTONIO COSTENARO NETO.

JUSTIFICATIVA:

A história do Paraná nunca registrou ofensas tão graves de um Poder a outro, como faz agora o Senhor Governador Álvaro Dias com relação ao Judiciário. A Nota Oficial do Tribunal de Justiça tenta "reparar a tradição de dignidade", da Magistratura Paranaense, atingida por grave denúncia genérica.

A Assembléia Legislativa, respeitando a independência dos Poderes constituídos, deve, na medida do possível, preservando a honra dos Julgadores honrados, exigir do acusador as provas devidas e os nomes acusados. Afinal, no caso, não estão envolvidos cidadãos comuns, mas homens que, por dever de ofício, dirigem e julgam os paranaenses.

REQUERIMENTO N° 397

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná das conclusões do Seminário Municipal de Saúde, realizado no dia 11 de março no Município de Santa Izabel D'Oeste.

Sala das Sessões, em 03.04.89.

(a) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Acreditamos que a realização de eventos desta natureza, revelam a maturidade política da comunidade de Santa Izabel D'Oeste, que reúne seus segmentos mais representativos para discutir suas prioridades e reivindicações, e como forma de contribuir neste processo é que requeremos o registro do fato.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 065/89

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica Declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente e Cultural dos Aposentados e Pensionistas de Terra Roxa.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.04.89.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI

PROJETO DE LEI N° 066/89 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos pais e Funcionários SETR/DER, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.04.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

É sempre gratificante e meritória a união de esforços quando o objetivo é criar condições favoráveis à assistência dos filhos menores de funcionários de baixa renda, como é o caso dos funcionários da Secretaria de Estado dos Transportes e Departamento de Estradas de Rodagem.

É necessário que tão nobre iniciativa tenha o respaldo das autoridades constituídas, visto que, prestando-se assistência aos menores, filhos de funcionários da SETR/DER, e que não podem contar com parentes ou vizinhos que lhes cuidem as crianças, está-se criando um apoio importante para que estes pais e funcionários, desempenhem com tranqüilidade e eficiência suas funções.

Solicitamos, pois, aos nobres Pares com assento nesta Casa, para que concedam o seu apoio visando a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 067/89 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - No art. 1° da Lei 8.679 de 22 de dezembro de 1987, na descrição do imóvel da "Área B", onde se lê "...escritura pública de doação transcrita sob n. 7.894, no Cartório de Registro de Imóveis do 2° Ofício, desta Comarca".... leia-se: "...escritura pública de doação transcrita sob n. 7.849, no Cartório de Registro de Imóveis no 2° ofício, desta Comarca",

Parágrafo Único - Ficam mantidos os demais dispositivos da Lei n. 8.679 de 22 de dezembro de 1987.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 22 de dezembro de 1987, revogado-se as disposições em contrário

Sala das Sessões, em 03.04.89.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHEITI

(a) HOMERO OGUIDO

JUSTIFICATIVA:

Constata-se no Projeto de Lei n. 370/87 que originou a Lei n. 8.679/87, lapso de redação, pois a transcrição do final do número da escritura pública de

doação no Cartório de Registro de Imóveis do 2º ofício da Comarca de Londrina, constou sob n. 7.894 quando o documento do Cartório e a Lei n. 4.011 de 04 de novembro de 1987, do Município de Londrina, republicada em 16 de dezembro de 1988 na Folha de Londrina, é 7.849 e não como constou na lei citada.

Tomamos a liberdade de anexar ao presente, cópia da Lei n. 4.011 e do Registro de Imóveis em que foi registrado o imóvel em questão, para que não paire dúvidas quanto à interpretação do mesmo.

Esperamos contar com a aprovação dos nobres Pares, para corrigir a lei n. 8.679 de 22 de dezembro de 1987.

Encerrada a leitura do expediente. Passa-se ao Horário do Pequeno Expediente.

O Senhor Presidente, concede a palavra ao senhor Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente,

Senhores Deputados, temos acompanhado pela imprensa, a recente crise entre o Judiciário e o Executivo, em função de declarações havidas do Senhor Governador a respeito do rumoroso caso do BADEP. Nós tomamos a liberdade aqui na Assembleia Legislativa de propor a criação de uma Comissão Especial de Investigação para analisar ponderadamente esta questão e eu gostaria de solicitar aos Senhores Deputados indicados pelas suas respectivas Bancadas, para comparecerem amanhã às 14:00 horas na Sala das Comissões, à primeira reunião, reunião de instalação da Comissão Especial de Investigação, porque na sociedade aberta, livre e democrática, todos estamos sujeitos às críticas pelos atos que cometemos. É claro que o Judiciário tem demonstrado independência e seriedade, mas, assim como no Poder Executivo, assim no Poder Legislativo, é possível que ocorram também problemas na área do Judiciário. Por que não? E o Poder Judiciário deve esquecer um pouco o corporativismo e pensar mais na Instituição.

Nós aqui da Assembleia Legislativa pretendemos fazer uma análise bem profunda da questão do BADEP, e eu me lembro que quando foi vendida esta empresa, o Deputado Nereu Carlos Massignan, da tribuna desta Assembleia, solicitava, exigia que não houvesse aquela operação. Houve uma operação, houve um despacho do Senhor Juiz, houve um despacho do Senhor Desembargador e houve a retirada de três milhões de dólares do BADEP.

Então, a Comissão Especial de Investigação, sem julgar, porque não é este o nosso papel agora, visto que não temos todas as informações, pretende se instalar amanhã, Senhor Presidente, para que o Poder Legislativo possa, de forma ponderada,

de forma racional, promover uma análise sobre essa questão, com profundidade, de forma que nós possamos depois da análise, ter um parecer que depois da Comissão, virá o Plenário e será o parecer do Poder Legislativo, seja qual for. Nós estamos vivendo uma Democracia e nesta Democracia nós Deputados temos recebido críticas as mais diversas, algumas justas e outras injustas, estamos sujeitos, no dia-a-dia, no contato com o povo, a receber as críticas e a pedir desculpas, ou a refutar as críticas, mas nada mais democrático que esta Casa analisar esta questão.

Esta questão passa, inclusive, para preservar a Instituição do Poder Judiciário e a preservar a grande maioria dos homens do Judiciário que agem com correição e mesmo aqueles que tenham sido acusados e se no transcorrer das discussões, verificarmos que há injustiças, seremos os primeiros a tomar uma posição em defesa daqueles que possam estar sendo injustiçados.

O que não podemos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é ficarmos alheios a esta discussão. Na história do Paraná não houve ainda uma crise como esta e não houve uma crítica tão contundente como esta, que precisa ser analisada. Parece-me que o Senhor Governador do Estado não faria uma crítica tão grande como a que fez se não estivesse responsabilizado ou pelo menos, orientado. A questão nossa aqui, Senhor Presidente, não é crucificar ninguém. Nós queremos analisar a verdade, doa a quem doer.

Era isso, Senhor Presidente, e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Tadeu Lúcio Machado)

Com a palavra, o segundo orador inscrito no pequeno Expediente, Deputado Paul Vitor Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Como não poderia deixar de ser o assunto que sempre me traz aqui é pertinente à segurança pública, à defesa do cidadão, à defesa da sociedade. E eu, naturalmente, com alguns outros companheiros aqui da Casa, hoje eu vou me referir ao companheiro Deputado Alborghetti e outros companheiros, - temos procurado no sentido de fortalecer aquilo que é muito importante em termos de política de governo: a defesa da sociedade, a manutenção da sociedade, a salvaguarda da família. Vamos fazer aqui um comercial, a Rede Manchete leva ao ar um programa a respeito de drogas. E o programa é intitulado mais ou menos assim: "Diga não à droga" e ali ele analisa testemunhos de ex-viciados, testemunho de pais, "modus operandi" de como combater a

presença, naturalmente o papel da polícia, o papel da família, o papel das instituições de educação, isto é, escola, e analisa ela dentro do Código Penal da Lei de Execução Penal e vai por aí afora até admissão, análise e avaliação da pena de morte do qual o Deputado Alborghetti é um defensor ferrenho junto com outros companheiros que a níveis de Brasil no Congresso Nacional têm sustentado.

Eu fiz questão de falar do Deputado Alborghetti porque eu também analiso, acompanho com bastante carinho, sensibilidade e algumas vezes dentro do fator tempo tenho até me permitido assistir ao programa do companheiro e vejo como ele luta ferrenhamente. E venho a esta tribuna para prestar um testemunho naquilo que autoridade devidamente credenciada junto com grandes líderes dos segmentos sociais foram, analisaram, avaliaram o que isso vem representando a níveis de Brasil. E é altamente chocante, emocionante o testemunho de jovens, de pais, chefes de família chorando e dizendo o quadro dantesco em que vive a nossa sociedade brasileira.

E nós, naturalmente, como brasileiros, eu como homem público hoje representante aqui na Assembléia Legislativa, ligado à segurança pública em torno de 33 anos, não poderia passar despercebido para fazer também uma conclamação e uma concitação para que o que ali se tornou público, outros órgãos de comunicação a nível de tevê e a nível de rádio, fizessem no sentido de chamar a atenção já que, os enlatados, dentro daquilo que possam oferecer em termos de apologia, estão a deturpar e estão a fomentar e incentivar uma orientação totalmente distorcida a prejudicar toda a família brasileira.

Por último então conclamar, que essa se dê a nível do que a TV Manchete vem desenvolvendo, fizesse também no sentido de, assim como disse a autoridade, um Secretário de Segurança Pública de São Paulo - Doutor Fleury, inclusive um ex-secretário de educação e hoje Deputado Federal, companheiro Erasmo Dias, que também enfoca ser admissível, ser simpático à pena de morte para aquele que a Lei Penal hoje, em vigor neste País, caducada totalmente, vencida, está a oferecer determinados benefícios que, o elemento envolvido, não só no crime de tráfico de drogas como em outros delitos criminais usam do benefício para o exercício de, naturalmente voltar à sociedade e criar uma violência tamanha, uma atrocidade enorme e ser recolhido com toda aquela assistência que é peculiar.

De sorte que eu quero desta tribuna, neste momento, nesta Casa de Leis, desenvolver com trabalho e dizer ao companheiro Alborghetti: "Estou contigo Alborghetti" e quero que você também desenvolva no senti-

do de que nós possamos fazer alguma coisa nesse sentido.

Outro aspecto que queria abordar é a respeito da Segurança Pública, onde também o Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, fazendo uma análise, este, na Rede Globo e chamava a atenção a nível de "brasis" o que vem ocorrendo a nível de segurança e naturalmente a intranquilidade de toda a comunidade brasileira, e fazer também uma comparação com outros Estados.

Um outro aspecto é um acordo firmado recentemente entre a Secretaria da Educação, Secretaria de Segurança e a Polícia Militar no sentido de um acordo de cavaleiros criarem um contingente com aproveitamento de companheiros da Polícia Militar já no exercício da Reserva poderem guardar os estabelecimentos de ensino para salvaguardar a violência que grassam as portas dos nossos estabelecimentos escolares.

Em especial na área de tráfico de drogas. E lamentavelmente por falta de recursos esse acordo não foi podido ser concretizado. E aqui faço uma conclamação para que o Governo se sensibilize, retome essa situação e ponha em execução.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) Com a palavra no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Até quando vamos ver os jornais "Estado do Paraná", "Tribuna", "Folha de Londrina", "Indústria e Comércio", "Paraná de Cascavel", "Gazeta do Povo" e tantos outros que circulam, todo o dia você vê: um filho drogado, assaltantes matam, que violentam, que rasgam os direitos da família brasileira.

Ouvi atentamente o pronunciamento do Deputado Raul Lopes.

Outro dia, inclusive, conversando com ele no meu Programa de Televisão, perguntei: Deputado, aí está o que acontece com os nossos filhos. Perguntava ao Deputado Nereu Massignan e citava também o nome do meu querido Cândido Bastos e outros companheiros de outras Bancadas a respeito das formas de violência que destróem, violentam, rasgam o ventre da família do meu Estado.

Eu sou a favor da pena de morte!

Sei que é inconstitucional apresentá-la na Assembléia Constituinte Estadual; mas é um direito que me assiste.

Depois, se não der, vou apresentá-la como emenda, como um Projeto de Lei, para determinados casos, Deputado Raul.

O latrocínio. O que fizeram em Carambei - Ponta Grossa, é uma estupidez, uma

violência.

Vamos ao tráfico de drogas. Os traficantes matam os jornalistas, matam os juizes, matam professores, as nossas filhas e os nossos filhos e depois vão comer a comida paga pelos impostos da família brasileira.

Sou a favor da pena de morte em determinados casos, repito. O estupro seguido de morte, o tráfico de drogas e o seqüestro seguido de morte, o cidadão que adentra o seu lar, seqüestra a sua filha e lhe telefona pedindo dinheiro e depois a mata, o traficante que bate na porta das nossas escolas e violentam os nossos filhos... e eu passo por este problema, eu passo!

A minha vida é tão aberta, Deputado Raul Lopes, a minha vida é tão pura. E eu passo por este problema. Internei meu filho, já gastei milhões, gastei o que tinha e o que não tinha; mandei a Polícia Federal acabar, prender "gente boa" envolvida, querendo me destruir através de um filho que tenho e que é doente, querendo atingir a mim, como recebi telefonema sexta, que eu não dormi, dizendo que iam colocar cocaína no meu carro, que iam colocar maconha no meu carro, para matar, iam seqüestrar a minha filha, em Londrina e iam me dar o exemplo, para que eu calasse a boca definitivamente. Se for assim, vão ter que seqüestrar o Diretor da Tribuna, o Diretor da Rede Manchete, o Diretor da Cultura, da TV Independência, da Rede Globo. Se for assim, o Diretor da Rede Bandeirantes de Televisão, que apresentou, ontem um programa a respeito de drogas! Se for assim, o Presidente da Perdigão, que anuncia na Globo, também vai ter que ser seqüestrado!

Então, eu pergunto aos Senhores até quando, até quando, meu Deus do Céu, até quando? Não é falta de diálogo, não Senhores. Diálogo a gente tem com os filhos. Mas, veja bem, Deputado Raul Lopes, nas universidades, nas portas das universidades, nas portas das escolas, em tudo quanto é lugar, Deputado, tem a cocaína, tem a maconha, tem anfetaminas. O Deputado Favetti disse ontem, no Jornal "Diário Popular" que agora estão distribuindo LSD, que é a droga que mata, que violenta, que rasga, destrói células de qualquer ser humano. Deu a entrevista, ontem, no Diário, fazendo um alerta ao Brasil.

Senhores, os Senhores não sabem quão grave é o problema dos tóxicos, não só no Paraná. Os Senhores não sabem quão grave é o problema de ter-se um filho drogado! Os Senhores não sabem o que é chorar dia e noite! Querer pegar uma arma e matar todos os traficantes que você encontra na sua frente! O Senhor não sabe o quanto dói!

No meu gabinete, desta Casa, dezenas de mães passam por aqui! Sexta-feira de

manhã, fiquei apavorado, dentro desta Casa, quando vi uma menina de 15 anos que toma "pico" nas pernas! Nas pernas, Deputado Raul, nas pernas. Recebi em Londrina, a minha psicóloga e assistente social, uma jovem de 17 anos que estava a procura de um disco voador que ia descer num bairro da minha cidade. Aí a mãe me mostrou um vidro de cogumelo, que pega em cima das fezes das vacas, do boi, e é batido com coca-cola. Tomam e ficam completamente alucinados.

São verdadeiros cadáveres ambulantes.

Senhores deste Parlamento, os Senhores têm filhos, atentem para o que eu digo.

Como disse D. Geraldo Fernandes, num dicionário que tenho sobre drogas, como disse o Senhor José Richa e tantas outras autoridades, eu lhes digo Senhores deste Parlamento, a droga é pior do que uma herança nuclear, senhores. Ela mata! E ela está produzindo em Curitiba, está produzindo no Paraná, produzindo no Brasil, cadáveres ambulantes! Acorde, Parlamento! Acorde, Paraná! Acorde Brasil! Porque senão nós teremos os nossos filhos jogados na prostituição, nos motéis, na toxicomania! Nós veremos os nossos filhos assassinados, Deputado Raul Lopes.

Por isso que eu sou e serei sempre a favor da pena de morte para o traficante que mata, rasga e violenta os filhos do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. RAUL LOPES - Pela Ordem- Companheiro, Deputado Alborghetti. Por favor me ouça.

Pela veemência com que Vossa Excelência falou, deixou transparecer que eu me coloquei em sentido contrário. Eu quero que o Senhor torne bem público que eu levantei esta polêmica, nesta Casa, que sou um defensor ferrenho deste trabalho e que venho fazendo há muito tempo.

Eu sou a favor, sou solidário a você e todo momento pela forma com que se dirigiu eu me senti um pouco preocupado neste sentido.

Eu sou a favor e sou também a favor da pena de morte a todo aquele que usar desta atrocidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior)- Dentro do Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Coordeno a Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Juventude.

Retornamos à tribuna para nos solidarizar com as palavras do Deputado Raul Lopes e com as palavras do Deputado Luiz

Carlos Alborghetti e, para fazer também alguns comentários com relação às nossas andanças por este Estado no que se refere às drogas, aos tóxicos que matam lentamente e gradativamente, principalmente a juventude do nosso país.

É lamentável Senhores Deputados, e temos inúmeros exemplos na nossa cidade, na nossa região, por todo Estado e por este país afora da forma lastimável com que são tratados estes marginais, estes vilões que abreviam a vida da nossa juventude.

Dias atrás nos reunimos com cerca de 120 jovens em Maringá. Alguns deles viciados, drogados, já dependentes e ficamos a nos perguntar o que fazer para tirarmos da lama estes mortos-vivos que perambulam em nosso Estado.

Nós precisamos trabalhar com afinco, com determinação. E já propusemos nas disposições transitórias, inclusive, na Constituinte, um trabalho que estamos elaborando a cerca de dois anos no sentido de criar um código de defesa da criança e do adolescente.

Pedimos o apoio dos nobres pares para que possamos, pelo menos minimizar, e fazemos um apelo neste instante ao Governo do Estado que valorize as casas de recuperação. Nós temos em Maringá um exemplo muito claro.

O Deputado Luiz Carlos Alborghetti dias atrás citava, comentava a falta de recursos que tem o pastor Milton Puler para forjar a vida desses jovens que estão se dirigindo ao abismo.

Por isto pedimos às autoridades e ao Governo do Estado que olhe com carinho e com sensibilidade que nós sabemos que tem o Governador Álvaro Dias que é um homem sem vícios, pela sua educação, da sua família com que tivemos a oportunidade de estar nesse final de semana em Maringá, para que, por favor, adote procedimentos para que possamos salvar crianças e jovens que se dirigem nesse instante ao abismo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado José Rogério Carvalho.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados:

As propagandas do Governo Estadual nos diversos meios de comunicação estão promovendo a imagem do Governador, pois, todo dia em horário nobre aparece o Senhor Álvaro Dias dando o enfoque de suas obras e projetos.

As propagandas do Governador perante os espectadores dá uma imagem diferente, pois o Governador só fala nos pontos positivos de seu governo e deixa as falhas de lado; como exemplo de falha nas suas ati-

tudes está o funcionalismo público e os gastos em viagens e publicidades.

Como o Governador não faz propaganda de seus gastos inúteis à sociedade, o povo quer saber quanto o governador gasta com propagandas e publicidades e também gostaria de saber o porquê do mau tratamento do funcionalismo, pois a não concretização do pagamento dos 39% de aumento já reconhecidos pelo governador dão uma dura constatação da realidade que é a desvalorização dos serviços prestados pelos funcionários públicos, em síntese geral constata-se que o governador não está se importando com os prestadores de serviços do Estado, pois ele deve achar que o funcionalismo não dá voto e nem representação a nível nacional.

Sintetizando os fatos constata-se que na maioria das vezes o Governador fala o que não faz e faz o que não fala.

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior)

Encerrado o Pequeno Expediente e não havendo oradores inscritos no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto à Liderança do PMDB se fará uso de seu tempo.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PT.

Com a palavra o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Os aficcionados do programa de televisão da Rede Globo, Fantástico, que é exibido todos os domingos, das 8 às 10 da noite, assistiram ontem, a um verdadeiro show, mas um show diferente, não por ser algo inusitado, mas um show de descumprimento da nova Constituição, em vigor desde 5 de outubro. Um show para disfarçar a flagrante preocupação com a situação em que o País vive! Estamos nos referindo à propaganda personalista, à propaganda excêntrica realizada pelo Governador Álvaro Dias, às custas do dinheiro do povo do Paraná!

Esta é a moralidade implantada no Paraná, pela atual administração!

Esta é a austeridade imprimida na gestão da coisa pública!

Esta é a transparência arrotada pelos aduladores palacianos!

Conforme dados levantados pelo Departamento Comercial da Rede Globo, as quatro inserções, durante o fantástico de ontem, que propagandeiam a pessoa do Senhor Governador, custaram aos cofres públicos do Estado do Paraná, NCz\$ 139.101,60, ou quase 140 mil cruzados por quatro inserções, durante duas horas, numa emissora de televisão numa rede, a "Rede Globo".

É bom retomarmos aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados o que diz a Lei, a nossa Lei maior, que é cumprida quando interessa e descumprida quando não interessa: - no Artigo 37 da Constituição diz o seguinte: - "A Administração Pública, direta ou indireta, fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos municípios, obedecerá os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e também diz o seguinte: - no Inciso 2º, Parágrafo 1º, prevê o seguinte: "A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterize promoção pessoal de autoridade ou de servidor público".

Apesar da clareza estabelecida na Constituição, o governo Álvaro Dias finge ser analfabeto, ou como ele já assumiu perante a imprensa, faz questão de aplicar apenas os princípios da nova Constituição Federal, quando favorecem ao Estado, e principalmente aqueles que possibilitaram a ampliação ou a criação de tributos; e esse é o exemplo do Governo transparente, moralista, austero e popular do Paraná. Aliás, mal exemplo. Aliás, mesmo respeitando a seriedade e a honestidade, digo, idoneidade do jornal "Folha de São Paulo", responsável pela pesquisa tão alardeada pelo Palácio Iguazu, entendemos nós, que a popularidade do Governador Álvaro Dias, ficou mais do que comprovada, por ocasião do pleito municipal de novembro passado.

Infelizmente, as urnas destoaram da popularidade invocada sobre si. O esforço do Governador, em campanha, inclusive, com ameaças veladas de retalhar prefeito de outros Partidos, não impediram que o PMDB fosse fragorosamente derrotado, na expressiva maioria das grandes cidades do Paraná. Mas, a depressão e a humildade duraram pouco, com o soco recebido nas urnas, Álvaro Dias foi nocauteado nas suas pretensões presidenciais. Mas, agora, procura-se ressuscitar sua candidatura, às custas do dinheiro público, gastá de uma forma irresponsável em publicidade, ferindo gravemente a Constituição Federal, isto sem falar nas sucessivas viagens a São Paulo, ao Rio, a Brasília e a outros centros com recursos públicos, com o objetivo sim, de projetar a sua candidatura.

Esses cento e quarenta mil cruzados desperdiçados em duas horas, numa noite, devem ser ressarcidos aos cofres públicos. Por isto elogiamos a iniciativa do Deputado Nereu Massignan, em mover uma ação contra este abuso, e esperamos que, medidas outras também porão um fim a tão absurdo, e descabido descumprimento da Constituição

em vigor.

Era isto, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior)-
Dentro do Horário das Lideranças, consulto à Liderança do PL, se fará uso do seu tempo.

Declina.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTN.

Declina.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTB.

Declina.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PFL.

Com a palavra o Deputado Antônio Costenaro.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Nós ouvimos atentamente nesta Casa no Horário do Pequeno Expediente, os pronunciamentos dos Deputados que ocuparam a tribuna, falando entusiasticamente da desgraça que campeia a Nação brasileira, e naturalmente, toda a humanidade: a agressão à juventude, pelo uso do tóxico; a liquidação da sociedade humana, que vem acontecendo no dia-a-dia.

Não pretendia este Deputado fazer menção nenhuma no Horário da Liderança, com os fatos que ocorrem na organização dos poderes, em função de ter dada entrada, na Mesa da Assembléia, para a devida aprovação dos Senhores Parlamentares, o recebimento, chamando a atenção dos poderes, pela troca de ofensas que vêm sendo anunciada através da imprensa.

Estabelecendo, então, um comparativo entre a ameaça das desgraças das drogas, estabelecendo a manifestação da degradação do ser humano na sociedade contemporânea, nós podemos, entender que, talvez, até tudo isso aconteça pela destruição da ordem, pelos desrespeitos às autoridades constituídas e manifestadas nestas notas de imprensa, sejam verídicas ou não, pelas próprias palavras do nosso Governador do Estado, desprezando, ofendendo, um outro Poder Constituído. Naturalmente, nós podemos entender, perfeitamente, que a juventude que quando vê a sociedade organizada, os poderes não se respeitarem entre si, talvez, o desentendimento, a degradação da família também seja a grande causa da desgraça, da destruição da juventude.

Então, nós paramos um minuto para pensar e decidimos neste momento, na tribuna, manifestar a nossa preocupação. Eu acho que como disse o Deputado Alborghetti, é o grande momento deste Poder se levantar e defender-se dessa desgraça que

ameaça o mundo. Mas, é o grande momento também para nós Parlamentares e para todos os Poderes Constituídos refletir mais, usar os meios de comunicação com mais responsabilidade, para não trazer desentendimentos, momentos desagradáveis como esses que acontecem no Paraná entre o Governo do Estado e o Poder Judiciário.

Portanto, Senhores Deputados, eu aproveito também este momento para pedir aos Senhores Parlamentares que aprovem o requerimento que estou tramitando, chamando a atenção do Governo do Estado que ao ameaçar o Poder Judiciário, genericamente, que ele tenha o Poder e a decisão e a condição necessária também de apontar aqueles que estão errados, demonstrando a transparência, para que toda a sociedade paranaense possa fazer a fiel avaliação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) Ainda no Horário das Lideranças consulto à Liderança do PDT se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDC se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente Senhores Deputados.

A Nação vive o momento dedicado às pesquisas eleitorais, a aferição pública do prestígio dos homens que possuem mandato junto ao Poder Executivo.

Estou entre aqueles que não desconhecem a importância da pesquisa, mas, também sei que ela é bastante relativa, ela deve ser analisada não apenas nos números, mas, nas condições em que a sociedade é encontrada no momento de ser pesquisada.

O Paraná está agora sob uma enxurrada de propagandas do Palácio Iguaçu. Em alguns canais de televisão de Curitiba de cinco em cinco minutos, apregoando ser o nosso Chefe do Executivo o mais popular dos Governadores, com um índice de aprovação 58% contra 53% do segundo colocado: o Governador Tasso Jereissati do Ceará. Mas, os fatos que ocorrem no Paraná e ocorrem no Ceará são totalmente diferentes e posso até exemplificar: a sociedade é informada a respeito do andamento da atividade pública, através dos órgãos de divulgação, principalmente entre os meios de comunicação em massa, o rádio e a televisão.

No Paraná todos nós sabemos, que direta ou indiretamente a máquina de propaganda do Estado funciona a todo o vapor e os órgãos de divulgação, de um modo geral,

principalmente as emissoras de televisão, sofrem pressão direta ou indireta de caráter econômico partindo do Palácio Iguaçu, através de verbas diretas da publicidade oficial ou dos famosos "caixinhas" que andam por aí afora.

Não se divulga no Estado do Paraná, nos horários nobres da televisão as críticas que se fazem ao Governo do Senhor Alvaro Dias, limitam-se os órgãos, não por vontade própria, diga-se de passagem, limitam-se a divulgar aquilo que o Palácio Iguaçu fornece. A Oposição quando quer apontar erro da administração pública, não encontra espaço nos grandes órgãos de comunicação, especialmente a televisão.

Aí chegamos à conclusão, que a sociedade paranaense está de um certo modo, mal informada sobre as mazelas do Governo Alvaro Dias, do Estado do Paraná. E agora pasmem os Senhores, ele está com 5% acima do Governador do Ceará, Tasso Jereissati, é incrível o que acontece no Ceará, especialmente em Fortaleza. Todos os grandes jornais, todas as emissoras de televisão, nos horários nobres, divulgam o aspecto relativo às obras do Governo do Estado e as defesas formuladas pelos seus Deputados e no mesmo horário e na mesma proporção as críticas feitas pelos Deputados de Oposição, que apontam inclusive os erros da Administração Tasso Jereissati. E pasmem os Senhores, o principal Jornal de Fortaleza, "Diário do Nordeste" e uma das principais emissoras de televisão, que retransmite uma das redes nacionais, pertencem, ambos os órgãos a familiares do Governador Tasso Jereissati. Mas os Senhores podem abrir o jornal da família dele, podem ligar o canal de televisão que pertence a ele e à sua família, no mesmo horário os Senhores encontrarão opiniões favoráveis às obras do Governador e opiniões contrárias às obras do Governador.

Lá no Ceará pratica-se a verdadeira democracia e permite-se que o povo faça um juízo correto do seu governante. Aqui nós vivemos na ditadura da informação que sai do Palácio Iguaçu, através do Senhor Fábio Campana, o nosso "Fidel Castro" das comunicações e ao que parece tem dado agora a assessorar o futuro candidato, democrata por sinal, à Presidência do Paraguai.

Coitados dos paraguaios, já não conheciam democracia, não estão conhecendo democracia e se depender da assessoria que partirá do Palácio Iguaçu, para o povo paraguaio, continuará ele jejuno de democracia através dos órgãos de divulgação, porque o nosso Palácio Iguaçu, ele é especializado, através da Secretaria de Comunicações a amordaçar os órgãos de imprensa e evitar que o povo conheça plenamente o que ocorre em nosso Estado.

Portanto, se através da ditadura da

informação, o nosso Governador tem 58% da aprovação popular e um Governador Democrático como Tasso Jerissati, no Ceará, tem 53% eu chego a acreditar e tenho absoluta convicção de que o Governador mais popular é do Ceará, porque ele aceita críticas e não amordaça a Oposição, ao contrário do que acontece no Estado do Paraná.

Tomara até que o Governador do nosso Estado seja candidato à Presidência da República, apenas candidato, porque o brasileiro, o funcionário público do Brasil, o homem trabalhador do Brasil, o agricultor que precisa de estradas no Brasil, não pode ser penalizado, perseguido, marginalizado, como está sendo o povo paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior)- Ainda dentro do Horário das Lideranças, consulto à Liderança do PSDB se fará uso do seu tempo.

Declina.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados para integrarem as Comissões Técnicas desta Casa, conforme composição realizada com o Bloco Democrático Liberal Trabalhista Cristão. À Diretoria Legislativa, para providências.

Expediente subscrito pelos Senhores Deputados Ezequias Losso, Edmar Luiz Costa, Luiz Antonio Setti e Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados para as Comissões Técnicas para a 3.ª Sessão Legislativa Ordinária da 11.ª Legislatura. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Homero Oguido e Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Antônio Annibelli, Werner Wanderer, Ezequias Losso e demais Senhores De-

putados, constante do expediente, solicitando licença especial de até 30 dias contados a partir de 04 de maio, para representarem oficialmente esta Casa, no Encontro para a continuidade de cooperação técnica entre BADEM-WURTTEMBERG e o Estado do Paraná. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 59/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

EM VOTAÇÃO

1. DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 59/89, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 35/89), que dispõe sobre a contratação de servidores para atender temporária necessidade de serviço, da administração direta, indireta e funcional, de qualquer dos poderes do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia, no que concerne a constitucionalidade e aos recursos financeiros e humanos. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, pareceres dos Recursos Humanos, dos aspectos financeiros e da Constitucionalidade, de autoria dos Senhores Deputados Dirceu Manfrinato, Lindolfo Júnior e Cândido Bastos, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL PROJETO DE LEI Nº 59/89

PARECER:

DOS RECURSOS HUMANOS

Da análise da matéria quanto a seu mérito, não resta a menor dúvida quanto à necessidade de regulamentação desta prática.

Em decorrência das múltiplas especialidades existentes na sociedade atual e mais os problemas emergenciais que exigem soluções técnicas específicas nos convencem da medida proposta neste Projeto. O próprio dinamismo, com que se verificam as transformações científicas e tecnológicas, nos diversos setores de atuação do Estado, justifica dotar a administração pública de norma legal para contratação temporária de pessoal.

Neste sentido, nosso parecer é Favorável, opinando pela Aprovação, na forma da proposta apresentada.

Sala das Sessões, em 30.03.89.

(a) DIRCEU MANFRINATO

COMISSÃO GERAL PROJETO DE LEI Nº 59/89

PARECER:

ASPECTOS FINANCEIROS

Tendo em vista que a matéria ora analisada, visa atender casos de excepcional interesse público, do ponto de vista financeiro, entende-se que tal matéria já vinha sendo adotada dentro da previsão orçamentária do Estado, face as novas regras estabelecidas na Constituição Federal, tornou-se necessária esta propositura legalizando o procedimento.

Face ao exposto, nosso Parecer é Favorável pela sua Aprovação.

Sala das Sessões, em 30.03.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 59/89

PARECER:

DA CONSTITUCIONALIDADE

O projeto de Lei n° 59/89, oriundo de Mensagem Governamental n° 35/89, trata da contratação de servidores, em casos de excepcional interesse público e adota outras providências.

Sob o aspecto constitucional e legal a matéria está embasada no inciso IX, do artigo 37 da Constituição Federal.

Portanto, inexistindo óbice legal que prejudique a tramitação do Projeto nesta Casa, somos de parecer Favorável pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 30.03.89.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

EM VOTAÇÃO

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem). Requeiro Verificação de votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Requeiro Chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior)- Esta Presidência defere e fará a verificação e pede ao Senhor 1° Secretário que faça a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1° SECRETÁRIO - Procede à chamada nominal.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem)- Eu retiro a chamada nominal.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)- Eu solicito a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)- Prossegue a chamada nominal...

O SR. 1° SECRETÁRIO - (Eduardo Baggio)- Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados, para verificação de votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem)- Senhor Presidente, eu solicito que Vossa Excelência me informe qual o Deputado que pediu chamada nominal e se o mesmo não estiver em Plenário que Vossa Excelência suspenda de imediato a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Prossegue a chamada nominal.

O SR. 1° SECRETÁRIO - (Eduardo Baggio) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem)- Senhor Presidente, eu solicito de Vossa Excelência, que mande descontar os je-tons dos Senhores Deputados que responderam à chamada e que não se encontram em Plenário para votar, como é regimental. Solicito também uma certidão daqueles que estavam presentes e se ausentaram do Plenário.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem). Senhor Presidente, eis que o nobre Líder se transforma no Corregedor do Poder Legislativo em relação aos componentes da Oposição. Parece-me que esta não é a função do Parlamentar; a função do Parlamentar, do Líder do PMDB, cuja Bancada tem a maioria nesta Casa, é trazer os Senhores Deputados e garantir quorum. O Líder do PMDB manifesta-se com intranquilidade quanto ao número de Deputados presentes na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)- Não há matéria de ordem a ser examinada. Responderam à chamada 35 Senhores Deputados. O Projeto está em votação. Os Senhores Deputados que aprovam queiram permanecer como estão. Aprovado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem). Senhor Presidente, eu requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - A Mesa vai ler o Art. 176 do Regimento Interno, § 2°: (É vedado a qualquer Deputado retirar-se do recinto no momento de ser votada uma proposição ou parte da mesma, e caso haja votado por ocasião da verificação correspondente.

A matéria está aprovada.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, eu requeri a Vossa Excelência verificação de votação. O Regimento nada fala sobre isso, Senhor Presidente.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Sr. Presidente, eu parabenizo V.Exa. pela maneira

com que conduziu os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Requerimento do Deputado Nereu Massignan que requer votação nominal para o Projeto 59/89. Em votação o Requerimento. Os Senhores Deputados que aprovam queiram permanecer como estão. Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Aprovado o requerimento.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem)- Senhor Presidente, a minha Bancada rejeitou o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vossa Excelência requeira verificação de votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Então, eu o faço.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vai se proceder à verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Nereu Massignan queiram levantar-se. Rejeitado o requerimento.

Preferência de votação para o Projeto nº 59/89. Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto nº 59/89 queiram conservar-se como estão. Aprovado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vai se proceder à verificação de votação do Projeto 59/89. Os Senhores Deputados que aprovam queiram levantar-se:

Peço aos Senhores Deputados que ocupem seus lugares, Deputados que votaram na verificação de votação solicito que permaneçam em Plenário.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) Solicito chamada nominal.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Solicito votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vossa Excelência já tentou e foi rejeitado o requerimento.

Vai se proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à chamada nominal.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Pela Or-

dem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, nós podemos enxergar daqui, vários Deputados que se encontram ao lado da Mesa e que, evidente, também é Plenário.

Nós temos aqui o Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, o Deputado Raul Lopes, Valderi Mendes Vilela, Nelson Vasconcellos, todos "batendo papo" e vão receber no final do mês o seu jetom.

Seria interessante que eles viessem aqui, tomassem assento, para cumprir com a sua obrigação de parlamentar. Eu solicito que Vossa Excelência considere como presentes esses Deputados que estão ao lado da Mesa.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem). Como houve chamada nominal, a maioria do PMDB está equivocada.

Estão presentes os que responderam a chamada. Os demais, são considerados ausentes. Esta é a lógica dos fatos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Responderam à chamada, 28 Senhores Deputados.

A Mesa vai proceder à votação da matéria. Considera presente o Deputado Valderi Mendes Vilela, que participou da verificação.

Os Senhores Deputados que aprovam o projeto, queiram conservar-se como estão. Aprovado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem)- Eu requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Essa é a verificação, Deputado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, eu fiz um requerimento a Vossa Excelência, pedindo a votação nominal e Vossa Excelência tem se manifestado aqui como Presidente do Poder Legislativo. Eu gostaria que Vossa Excelência adotasse a jurisprudência que Vossa Excelência mesmo implantou nesta Casa, que mereceu elogios da Oposição em várias ocasiões.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa, nas ocasiões necessárias, vai proceder à votação nominal. Infelizmente não acha esta matéria tão importante para que se proceda à votação nominal. Está aprovada a matéria.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, esta matéria é relevante, porque estamos dando uma carta branca para o Senhor Governador, para contratar quem bem ele quiser, em desrespeito àquilo que

a própria Constituição nos diz que se deve fazer concurso público para moralizar a Administração Pública.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 322/87, de autoria do Deputado Antônio Bárbara, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, com sede e foro no Município de Atalaia-Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 31/88, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a COMUNIDADE DE ASSISTÊNCIA AOS DEPENDENTES DE DROGAS - CASA DA COPIOSA REDENÇÃO-C.C.R., com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (Em anexo Projeto de Lei n° 276/88, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que versa sobre a mesma matéria). Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 156/88, de autoria do Deputado Paulino José Delazeri, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ARARUNA, com sede e foro em Araruna. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 166/88, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO ALTO CAJURU, com sede nesta Capital. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 321/88, de autoria do Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE PALMEIRINHA, com sede e foro no Município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 38/89, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que concede o Título de Cida-

dão Honorário ao Doutor FERNANDO CAMPINHA GARCIA CID, pelos relevantes serviços prestados ao Paraná. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 173/88, de autoria do Deputado Valderi Mendes Vilela, que declara de Utilidade Pública o CONSELHO DE PROTEÇÃO AO MENOR DA COMARCA DE MARILÂNDIA DO SUL, com sede e foro no Município de Marilândia do Sul. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 186/88, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA POLIVALENTE - ENSINO DE 1° GRAU, com sede e foro em Ponta Grossa. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.D.C. por unanimidade. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 189/88, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA DAL'COL, com sede e foro em Ponta Grossa. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.D.C., por unanimidade. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 191/88, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DO INSTITUTO VOCACIONAL E ASSISTENCIAL SANTA CRUZ, com sede e foro na cidade de Capanema. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.D.C., por unanimidade. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 220/88, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO WEISS-SCARPA, com sede no Distrito Administrativo de Pinhais e foro no Município de Curitiba. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento de n° 383, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 331, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 349, de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante

do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 357, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 377, de autoria do Senhor Deputado Faul Lopes, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 369, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 328, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 329, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 330, de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 334, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 335, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 336, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 356, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 371, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 360, de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 361, de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 362, de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 364, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 366, de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado.

À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 354, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente de sessão anterior. Em discussão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Eu solicito a verificação de votação neste Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vossa Excelência aguarde a votação.

Os Senhores Deputados que aprovam, queiram conservar-se como estão.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Gostaria de tomar conhecimento do requerimento.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Transcrição nos Anais da Ação popular impetrada pelo requerente contra o Governador do Estado do Paraná.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vai-se proceder à verificação de votação.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)
Eu gostaria de conhecer os termos do requerimento e os termos da Ação do documento para que tomássemos conhecimento...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem)-
Eu solicito que Vossa Excelência mande xerocar e entregar para que ele tome conhecimento do teor, porque senão vai para os Anais da Casa.

Isso é um absurdo! O Deputado Valderi Mendes Vilela, está brincando, está pensando que é só ele o inteligente, coitadinho.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)
Interessa-me a opinião de Vossa Excelência, Presidente do Poder Legislativo. Portanto, o meu requerimento fica mantido.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vou transferir a votação para a Sessão de amanhã e encaminharei xerox para Vossa Excelência.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Obrigado!
Gostaria de dizer ao Deputado Artagão Mattos Leão que por ocasião do Horário da Liderança do PDT vou ler a ação na tribuna.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Eu acabei de responder que é um direito que lhe as-

siste.

Requerimento de nº 368, de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Por ocasião de votação. A Mesa vai proceder à votação. Os Senhores Deputados que aprovam, queiram conservar-se como estão. Aprovado.

Vai-se proceder à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento de autoria do Senhor Deputado ...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Com o resultado, Senhor Presidente, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa é óbvio, que vai dar o resultado para Vossa Excelência.

Os Senhores Deputados que aprovam a transcrição, permaneçam como estão. APROVADO.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Eu gostaria de saber o resultado, Senhor Presidente, nós estamos em maior número. A minha Banca se posicionou contrariamente.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - A matéria está vencida. Vossa Excelência já declarou a aprovação da matéria.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Eu pedi verificação, Senhor Presidente.
Senhor Presidente, concordamos com a posição de Vossa Excelência. A matéria poderá ser considerada aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Está aprovada a matéria.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem)- Queremos agradecer a compreensão tardia da Liderança do PMDB para que fosse aprovada. Mas, é estranho que o PMDB, o maior Partido do ocidente, do Paraná, já tenha medo que se transcreva nos Anais da Assembleia Legislativa uma nota oficial do Poder Judiciário. Sinal dos tempos, Senhor Presidente.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, nós estranhamos a posição do Deputado Edmar Luiz Costa que uma parte do seu mandato toma posição de um lado e depois quando os seus interesses não são atendidos, toma posição de outro lado.

Eu até entendo pelas condições que vejo o Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Deve entender porque eu sou independente e Vossa Excelência não.

Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de nº 370, de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. Aprovado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - A nossa Banca está votando contrário. Ou então, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vai-se proceder à verificação de votação.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem)- Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vai-se proceder à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Eduardo Baggio)- Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Após a chamada nominal. Vinte e nove (29) Senhores Deputados responderam à chamada nominal.

Os Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Pedro Tonelli, queiram levantar-se.

A Mesa solicita às pessoas estranhas ao Plenário, que tomem assento na galeria.

9 (nove) Senhores Deputados aprovam o requerimento e 10 (dez) rejeitam.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)
Senhor Presidente, eu gostaria de saber agora nesse exato momento se a matéria também estava em votação, portanto, os Deputados não poderiam se retirar do Plenário, que eu fui considerado como presente à sessão, estando ausente. Então eu indago de Vossa Excelência, esta questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Procede esta questão de ordem de Vossa Excelência.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO (Pela Ordem)
Em virtude do requerimento do Deputado Edmar Luiz Costa, e o meu requerimento também que está na mesa serem do mesmo teor, eu gostaria que Vossa Excelência considerasse também o meu requerimento aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- O reque-

rimento de Vossa Excelência, foi anexoado ao Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem)-
Na votação anterior Senhor Presidente, Vossa Excelência considerou o Deputado Valderi Mendes Vilela, como presente porque ele tinha solicitado a chamada nominal. Como um Deputado solicita a chamada nominal e não está para respondê-la?

É diferente da presente votação onde nenhum Deputado da Bancada do PMDB solicitou a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vossa Excelência labora em equívoco. A Mesa considerou os Deputados que participaram da votação. E vai proceder novamente à verificação de votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem)-
Eu solicito nova chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vai se proceder novamente à chamada nominal.

A Mesa informa aos Senhores Deputados que os que participaram da votação serão considerados como presentes.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem)-
Eu pergunto então a Vossa Excelência quem então votará por eles. A Liderança?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Aí é uma votação invisível.

O SR. ARTAGÃO MATTO LEÃO - (Pela Ordem) -
E como Vossa Excelência vai considerar a votação daqueles que não estiverem presentes?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa vai considerar como presentes.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem)-
Então, solicito a Vossa Excelência que considere como presentes aqueles que responderem à chamada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à chamada nominal...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vinte e sete Senhores Deputados responderam à chamada. O Requerimento do Deputado Pedro está Aprovado.

A Mesa informa aos Senhores Deputados que vai aplicar sempre o disposto no Artigo 176, Parágrafo 2º - "É vedado a qualquer Deputado retirar-se do recinto no momento de ser votado uma proposição ou parte da mesma. E caso haja votado, por ocasião da verificação correspondente".

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem)-

Senhor Presidente, a Liderança da Bancada do PMDB aceita a decisão de Vossa Excelência, que sempre se portou com dignidade quando preside. Eu solicito agora verificação de quórum para prosseguimento da sessão.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)

Senhor Presidente, eu gostaria de saber, apenas para esclarecimento, de que não poderão se ausentar, segundo a disposição no Regimento Interno, após iniciada a Votação?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Os que participaram da votação não podem se ausentar, vai ser aplicado rigidamente o Regimento Interno.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - No que, Presidente, as Bancadas de Oposição congratulam, mais uma vez, com Vossa Excelência.

Requerimento de nº 380, de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 333, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 405, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 372, de autoria do Senhor Deputado Milton Barbosa, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 373, de autoria do Senhor Deputado Milton Barbosa, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 374, de autoria do Senhor Deputado Milton Barbosa, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 375, de autoria do Senhor Deputado Milton Barbosa, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 378, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 379, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 381, de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 382, de autoria do

Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de nº 384, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 385, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 386, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 387, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 388, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 389, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 390, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 391, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 392, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 393, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 394, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 395, de autoria do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de nº 397, de autoria do Senhor Deputado Haroldo Ferreira, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de nº 399, de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 400, de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legis-

lativa.

Requerimento de nº 401, de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 402, de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 338, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 337, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 344, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 343, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 342, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 341, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 340, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 339, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 347, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 346, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 345, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 332, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior. Em discussão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Eu solicito verificação de votação.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu requeiro chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Dantes,

quando eu era Deputado, antes de ser cassado, só se procedia à chamada nominal após a verificação de votação, o que era correto. Agora há esta transformação de se fazer a chamada nominal antes de se fazer a verificação de votação. Eu vou deixar ao Plenário, para daqui a uns dois ou três dias a gente tomar uma decisão sobre este assunto. Como é de praxe agora se proceder à chamada nominal antes da verificação de votação, a Mesa, vai continuar neste sentido.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem)

Senhor Presidente, uma sugestão a respeito deste assunto, e para respeito da aplicação do Dispositivo Regimental que Vossa Excelência levanta. Eu solicitaria da Presidência uma Reunião com os líderes partidários, para que nós possamos chegar a uma análise mais aprofundada do que estabelece o Regimento, pois que, sempre foi, em todos os Paramentos do mundo, a possibilidade de alguma Bancada retirar-se, seja a Bancada do Governo, ou a Bancada da Oposição um dos instrumentos mais válidos do combate legislativo. Entendo que Vossa Excelência, poderia aprofundar, com os líderes partidários, a análise deste assunto para que não tenhamos aqui, na Assembléia Legislativa, um novo tipo de comportamento legislativo que nada se coaduna com a prática legislativa do mundo inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa informa ao nobre Deputado que vai fazer a Reunião das Lideranças para tratar deste e de outros assuntos, mas informa ao nobre Deputado que ela não impede que os Deputados se ausentem do Plenário, somente os Deputados que participam da Votação, mas vai aprofundar estudos e convocar os Senhores Líderes para debater a matéria. Vai-se proceder à Chamada Nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vinte e quatro Senhores Deputados responderam à chamada nominal; não há quórum para votação, e sim para prosseguimento da Sessão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Pela ordem, Senhor Presidente.

Solicito mais uma vez, Senhor Presidente, para que Vossa Excelência alerte os Senhores Líderes que ainda não apresentaram os nomes dos Senhores Parlamentares que irão compor às comissões normais da Casa; porque nós vemos hoje a Assembléia a nível de comissões, praticamente, parada, por falta dos nomes que irão compor as co-

missões.

Há aqueles que não apresentaram, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa informa que, em entendimento mantido com o Deputado Nereu Massignan, que é o único Partido que falta, ele fará a indicação amanhã, e amanhã as comissões já podem proceder à eleição dos seus dirigentes.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Eu agradeço, Senhor Presidente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 322/87, 31/88, 156/88, 166/88, 321/88, e 38/89.
- 2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 173/88, 186/88, 189/88, 191/88, 220/88, e 59/89.
- 1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 11/89, 12/89, 13/89 e 42/89.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO EDMAR LUIZ COSTA, EM SESSÃO DO DIA 03 DE ABRIL DE 1989.

"NOTA OFICIAL"

A cúpula diretiva do Tribunal de Justiça do Paraná, expediu ontem a seguinte nota oficial:

"O Tribunal de Justiça do Paraná, por seus dirigentes faz público o seguinte esclarecimento:

Recentes declarações do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Professor Álvaro Fernandes Dias, reiteraram, agravadamente, ofensas ao Poder Judiciário do Estado.

Este Tribunal, com a tolerância autorizada por mais de um século de existência, marcada por larga tradição de dignidade, independência e eficiência, conteve até onde foi possível o reparo que as afirmações iniciais já faziam cabível.

Sua Excelência, não obstante homem de larga experiência no trato dos assuntos do interesse público, proferiu ofensas tão graves quanto genéricas, acabando por

atingir toda a magistratura do Estado, divulgadas amplamente suas palavras pelos meios de divulgação disponíveis.

Juízes erram, e até praticam atos ilícitos, humanos que são. Por isso o sistema jurídico prevê recursos e ações, judiciais e administrativas, para o reexame, a correção ou o que se fizer necessário, no âmbito da relação.

Este Tribunal jamais se omitiu, no desempenho da suas funções, e no limite da sua competência, do conhecer de fatos e apurá-los aplicando a lei. Atualmente, alguns juízes responderam a processos administrativos para averiguação de imputação de desvio do rumo funcional.

Há neste Tribunal um livro especialmente destinado a registrar reclamações de qualquer jurisdicionado contra a atuação de magistrados.

A generalidade dos agravos e a ampla divulgação acabam por fazê-los ofensivos de todos os magistrados e comprometedores do Poder Judiciário - que existe exatamente para, assentado no respeito e na imparcialidade dos seus membros, promover a pacificação social, entregues à sua decisão os conflitos de interesses.

As ofensas indiscriminadas aos membros do Poder Judiciário abalam um dos pilares da estrutura do estado e alquebra a confiança dos cidadãos nas instituições.

Cabe observar ao modo de Kafka, que quando é justa e adequada, a palavra conduz; quando não é, desvia do caminho.

Com a serenidade que o cumprimento do dever confere, este Tribunal mantém abertas as portas para receber manifestação de qualquer pessoa, contra ou a favor de quem quer que seja, nos termos e na forma da lei, assim, como faz todo o empenho, que o interesse superior da sociedade exige, para preservar a harmonia entre todos os poderes".

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA
FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR
DEPUTADO ANIBAL KHURY, EM SESSÃO DO
DIA 03 DE ABRIL DE 1989.

"CONVOCAÇÃO"

Roberto Marinho.

Nas vésperas das eleições presidenciais a maioria silenciosa da Nação, assiste, constrangida, o espetáculo de perplexidade proporcionado pela elite política do País abrigada no PMDB e no PFL, largamente majoritários no Congresso e que, ainda no último pleito, alcançaram em conjunto, mais de 40% dos votos.

A maioria dos brasileiros escolheu estes partidos não para vê-los acovardados diante da audácia de grupos minoritários, que lhes tem imposto, não só a pauta dos

debates, mas as próprias decisões. Não os fez intérpretes da sua vontade política - o mais grave e solene gesto de confiança - para vê-los, agora, perdidos em pequenas manobras, em que a esperteza tem foros de astúcia.

Sucedem-se encontros de governadores, senadores e deputados, nos quais ninguém confia em ninguém. Reuniões infundáveis são convocadas para que cada participante esconda do outro o seu pensamento. Postergam-se as decisões, forma confortável de ninguém correr risco e de todos resguardarem sua posição pessoal.

O PMDB realizou uma convenção para eliminar ambiguidades. Nunca, depois da convenção, foi tão ambíguo. A maioria por sinal escassa, afastou uma considerável corrente do seu órgão de direção praticando injustificável "apartheid", que condenará o partido a uma inevitável desagregação. Reduziu-se à Presidência, o Deputado Ulysses Guimarães, seu líder ao longo da travessia para o estado democrático, não para fazê-lo candidato mas, exatamente para evitar a sua candidatura.

Oportunistas de todas as horas prepararam-se para desertar. Um esquerdismo de ocasião determina os discursos e leva o partido a imitar o PT e o PDT. Em lugar de diferenciar-se para disputar, acaba se confundindo com o adversário.

O PFL de seu lado, apegado ao Ibope do dia, corre o País atrás do candidato ideal. Senadores e Deputados, de respeito e seriedade, curvam-se melancolicamente diante de figuras despreparadas, desde que apresentem razoáveis índices de popularidade. Sem encontrar o nome providencial, convidam o ex-Ministro Aureliano Chaves. Para em seguida, com a maior desenvoltura, prosseguir na busca desesperada do salvador.

Está na hora do chamamento à responsabilidade. Ainda está em tempo de reverter o quadro. A maioria da população que condena a invasão de fábricas e a sabotagem às torres de distribuição de energia; que não aceita, em cada greve, a ação desembarçada dos pequeteiros profissionais que coagem os trabalhadores; que está em desacordo com a arrogância e empáfia com que a CUT bloqueia qualquer entendimento de que possa resultar o controle da inflação e a elevação possível dos salários, não se sente representada na arena política.

Tem por isso mesmo, legitimamente, o direito de cobrar dos líderes do PMDB e do PFL uma proposta séria e consistente, uma candidatura de consenso que seja a intérprete da sua vontade política. Um candidato de renovação que não se enrede em manhas e combinações inaceitáveis. Um candidato que não fuja dos temas controversos e não faça do subterrâneo a suprema sabedo-

ria política. Um candidato, afinal, com uma abordagem moderna e otimista dos problemas brasileiros, que desenvolva à Nação o direito de sonhar com o futuro. E que lhe ofereça uma alternativa melhor que a de obrigá-la a escolher entre um projeto caudillesco-populista e um outro sectário e meramente contestatório.

Esse dilema absurdo só está posto, em virtude de se encontrar a classe política atingida por um acesso inexplicável de descrença na capacidade de reabilitação do País. A verdade é que os problemas nacionais são graves, mas podem ser enfrentados e resolvidos.

O Brasil não é uma republiquetá. É uma grande Nação. Convençam-se os representantes da maioria de que é mais fácil a missão que lhes cabe de reprogramar com seriedade, nacionalidade e espírito público, as nossas atividades econômicas e sociais, do que a tarefa demolidora em que ora se acham empenhadas as lamentáveis figuras do caudilho e do agitador candidatos, nos seus desvairados propósitos de tentar reduzir a estrutura nacional às suas pequeninas dimensões pessoais.

Que surja um gesto de grandeza e de coragem, uma convocação para a defesa dos nossos valores e para a retomada do desenvolvimento com justiça social. A resposta será imediata e irá refletir-se inapelavelmente nas urnas.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA
FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR
DEPUTADO ANTÔNIO COSTENARO NETO
EM SESSÃO DO DIA 03 DE ABRIL DE 1989.**

"NOTA OFICIAL"

A cúpula diretiva do Tribunal de Justiça do Paraná, expediu ontem a seguinte nota oficial:

**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

"O Tribunal de Justiça do Paraná, por seus dirigentes faz público o seguinte esclarecimento:

Recentes declarações do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Professor Álvaro Fernandes Dias, reiteraram, agravadamente, ofensas ao Poder Judiciário do Estado.

Este Tribunal, com a tolerância autorizada por mais de um século de existência, marcada por larga tradição de dignidade, independência e eficiência, conteve até onde foi possível o reparo que as afirmações iniciais já faziam cabível.

Sua Excelência, não obstante homem de larga experiência no trato dos assuntos do interesse público, proferiu ofensas tão

graves quanto genéricas, acabando por atingir toda a magistratura do estado, divulgadas amplamente suas palavras pelos meios de divulgação disponíveis.

Juizes erram, e até praticam atos ilícitos, humanos que são. Por isso o sistema jurídico prevê recursos e ações, judiciais e administrativas, para o reexame, a correção ou o que se fizer necessário, no âmbito da relação.

Este Tribunal jamais se omitiu, no desempenho da suas funções, e no limite da sua competência, do conhecer de fatos e apurá-los aplicando a lei. Atualmente, alguns juizes responderam a processos administrativos para averiguação de imputação de desvio do rumo funcional.

Há neste Tribunal um livro especialmente destinado a registrar reclamações de qualquer jurisdicionado contra a atuação de magistrados.

A generalidade dos agravos e a ampla divulgação acabam por fazê-los ofensivos de todos os magistrados e comprometedores do Poder Judiciário - que existe exatamente para, assentado no respeito e na imparcialidade dos seus membros, promover a pacificação social, entregues à sua decisão os conflitos de interesses.

As ofensas indiscriminadas aos membros do Poder Judiciário abalam um dos pilares da estrutura do estado e alquebra a confiança dos cidadãos nas instituições.

Cabe observar ao modo de Kafka, que quando é justa e adequada, a palavra conduz; quando não é, desvia do caminho.

Com a serenidade que o cumprimento do dever confere, este Tribunal mantém abertas a portas para receber manifestação de qualquer pessoa, contra ou a favor de quem quer que seja, nos termos e na forma da lei, assim, como faz todo o empenho, que o interesse superior da sociedade exige, para preservar a harmonia entre todos os poderes".

Curitiba, 30 de março de 1989.

(aa) ABRAHÃO MIGUEL

Presidente do Tribunal de Justiça

JOSÉ LEMOS FILHO

Vice-Presidente do Tribunal de Justiça

PLÍNIO CACHUBA

Corregedor.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA
FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO
SENHOR DEPUTADO HAROLDO RODRIGUES FERREIRA
EM SESSÃO DO DIA 03 DE ABRIL DE 1989.**

**SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS
SANTA IZABEL DO OESTE ESTADO DO PARANÁ**
Após várias discussões com lideranças das Comunidades reunindo o Conselho Municipal de Saúde que é composto por duas

pessoas por Comunidade, feito um estudo em relação a Saúde Pública no Município, quanto ao atendimento Médico, Odontológico e Saneamento Básico, decidiram realizar um Seminário Municipal de Saúde, onde estas duas pessoas do Conselho mais três lideranças das Comunidades, Autoridades do Município, Médicos do Hospital e Posto de Saúde, reuniram-se neste Seminário que aconteceu no dia 11 de Março de 1989, e levantaram as seguintes propostas:

ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

- Que seja feito um centro Regional de Odontologia para atendimento gratuito dos pacientes enviados pelos Municípios que compõem essa Regional;

- Manter um grupo técnico regional de apoio aos Municípios.

ASSISTÊNCIA MÉDICA

- Que seja construído um hospital regional público gratuito em Francisco Beltrão, para atendimento dos pacientes en-

viados pelos Municípios que compõem a região e com bom sistema de contra-referência;

- Um Centro de apoio ao diagnóstico público gratuito (Laboratório Raio X, etc), que atenda as necessidades da nossa região;

- Manter um grupo técnico regional de apoio aos Municípios (para elaboração de projetos, execução de levantamentos de dados etc).

- Que a regional mantenha convênio com centros mais especializados para quando precisar encaminhar pacientes.

SANEAMENTO BÁSICO

- A nível regional manter um grupo de apoio que promova cursos de capacitação em saneamento aos habitantes dos Municípios.

GERAIS

- Política Agrícola, Política Agrária, Educação, Saúde etc.

Santa Izabel do Oeste, em 22.03.89.